

Para compreender o 7 de Setembro

O trono português temendo a República

FRANCISCO TEOTONIO SIMÕES NETO
Professor de Ciência Política da
Escola de Sociologia e Política de São Paulo

No processo que levou à Independência, uma certa bibliografia esquece-se de mencionar o papel do absolutismo português, isto é, do Trono.

Esquece-se que os movimentos de emancipação dos povos americanos faziam parte de um processo mais geral, internacional, que afirmava o primado da soberania popular contra o do absolutismo monárquico.

Por ocasião da Independência, por exemplo, dois processos se interligam: o da emancipação brasileira e o da Revolução do Porto de 1820. Esta última, liberal em Portugal, voltava-se contra o absolutismo monárquico. No plano colonial, entretanto, pretendia o retorno do Brasil à situação de Colônia, de que o País saíra em 1815, ao ser elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Todas as atitudes das Cortes portuguesas iam nesta direção. A exigência da volta da família real. O não reconhecimento do Regente deixado aqui por D. João 6.º. O decreto que permitia a comunicação direta das províncias com a sede do Reino, levando praticamente ao desmembramento do País, para melhor controlá-lo. A forma, finalmente, de tratar os delegados brasileiros às Cortes. Queria-se reconstruir o Brasil.

Se isto correspondia aos interesses de Portugal, não correspondia aos da antiga Colônia. Antiga, sim, pois desde 1815 já perdera esta condição.

Mas neste processo não se defrontam apenas as Cortes portuguesas e a antiga Colônia. Havia os interesses do Trono. Em Portugal, a luta do povo contra o absolutismo prosseguiria na crise da sucessão ao Trono português. No Brasil, até 1889.

No momento da Independência, tratava-se de conservar a dinastia, conservar a Monarquia, contra as aspirações americanas de República. A emancipação, a saída da situação colonial, era já um dado histórico. Correspondia às aspirações populares do Brasil de então, como o demonstram as revoltas nacionais, de cunho emancipacionista e republicano.

Em 1817 em Pernambuco, não era apenas a Independência o objetivo, mas também a República.

E que este movimento tinha relação com os demais movimentos emancipacionistas e republicanos da América, também é um fato histórico. Abreu e Lima, revolucionário pernambucano, lutaria depois com Bolívar, seguiria em missão da Grã-Colômbia para comprar armas nos Estados Unidos. Natividade Saldanha, outro revolucionário de 1817, seguiria os mesmos passos, lutando durante 7 anos em Nova Granada, para conseguir a República.

O Trono, então, lutava em duas frentes. Em Portugal, para desativar a Revolução do Porto. No Brasil, para refrear o sentimento republicano nascente. Em Portugal e no Brasil, o Trono manobrava no sentido de conservar suas prerrogativas.

Aqui, tratava-se de colocar a coroa sobre a cabeça do Bragança que aqui ficava "antes que algum aventureiro" (brasileiro) lançasse mão dela. Para conservar a dinastia, para conservar o Trono.

Assim fazendo, D. Pedro I consegue, por um momento, desarticular o movimento republicano. O Brasil conseguira, ao menos parcialmente, livrar-se de Portugal, mas não do Absolutismo, do governo pessoal. A dinastia, no seu ramo "brasileiro", conseguia livrar-se das Cortes portuguesas.

O Absolutismo contra a Nação logo se revelaria. A nação, que tentava livremente se organizar, na Constituinte de 1823, foi agredida pelo poder unipessoal, sendo dissolvida. E em 1824, de novo Pernambuco, se levantaria contra o Trono, reivindicando a República. De novo seria pisoteado pelo Trono. Antes e depois de 1822 o Absolutismo revelava sua face.

Mas a maré montante das reivindicações nacionais de um lado, o Absolutismo de outro, afastam o Trono da Nação. Em 1831, os sinos de Minas repercutiam a finados, quando da visita do Imperador. De volta ao Rio, teria que enfrentar ali também a opinião nacional, na Noite das Garrafadas. Mais uma vez, tratava-se de salvar o Trono, a dinastia. Para não ser derrubado, abdica o Imperador. O filho seguia assim os passos do pai. Para

salvar a dinastia e o Trono. D. João VI dera o conselho famoso ao filho, mesmo lesando Portugal, para salvar Trono e dinastia. Pedro I abdica para não ser derrubado, pois com ele seriam derrubados Trono e dinastia. E portanto estranhável que a tutela do futuro rei fosse entregue a um monarquista confesso?

As instituições foram, contudo, mantidas. As conquistas antiabsolutistas da gloriosa geração de 1831 foram nulificadas. E a Nação continuaria lutando, até 1889, contra o governo unipessoal, contra o Poder Moderador, contra, enfim, o absolutismo monárquico. E só em 1891 a Nação teria uma Constituição livremente pactuada.

O poder unipessoal tem, sempre, interesses que se sobrepõem à Nação. O interesse, então, era o de manter Trono e Dinastia. E o absolutismo aparece claramente na figura de D. Pedro I tomada em sua inteireza.

Que fosse "liberal" em Portugal depois, não elimina o absolutismo que teve no Brasil. Afinal, a Revolução "liberal" do Porto não nos queria recolonizar?

O que é incrível é que ainda, após termos, em 1889, afirmado o primado do povo, muitos continuam pautando-se pelos historiadores da Casa de Bragança, que deformaram a história, fazendo que uma conquista da Nação se tornasse um gesto do Príncipe. Que a Nação que foi esbulhada pelo absolutismo deste Príncipe, reconheça nele o doador de sua Independência, que só a si mesmo deve. Não foi este mesmo Príncipe que impediu que a Nação se organizasse livremente, vienciando forma indelevel, já no nascedouro, as instituições políticas brasileiras? A ele se deve isto e mais: o governo unipessoal, a conservação da Monarquia e da Dinastia, o governo centralizado, o esmagamento das aspirações liberais.

Note-se que não somos nós, hoje, a dizer isto de D. Pedro I. Estamos apenas repetindo o que os historiadores verdadeiramente republicanos já diziam. Estamos apenas reafirmando o que o próprio sentimento nacional já dissera, conhecendo a pessoa, em 7 de abril de 1831. Foi a Nação que fez correr o Rei.

Ludwig não crê em distúrbios hoje

BRASÍLIA (SUCURSAL) — O porta-voz oficial do Palácio do Planalto, coronel Rubem Ludwig, disse ontem, ao comentar a recente onda de protestos em São Paulo, não acreditar que "a insânia de alguns chegue ao ponto de provocar manifestações de consequências perigosas durante os desfiles de Sete de Setembro".

Indagado se as seguintes manifestações, greves e passeatas não seriam indício de crise, o assessor discordou. Para ele, "se isso for realmente crise, todo o mundo está em crise, pois diariamente nos jornais e na TV temos notícias de manifestações. E preciso que aprendamos a conviver com isso e que aqueles que pretendem perturbar a ordem se convençam de que vamos continuar a marcha rumo à institucionalização, embora eles não desejem".

O assessor de imprensa informou que o governo não determinou quaisquer medidas especiais de segurança para os desfiles porque "acredita e espera que não surjam problemas". Conforme assinalou, agir de outra maneira seria admitir "uma hipótese absurda", mas se algo vier a ocorrer "ficará claro até que ponto pode chegar a paixão de alguns e o que pretendem".

"Até agora, a única referência à possibilidade de problemas aconteceu em São Paulo. Evidentemente, se existe algo de concreto por trás disto só temos a lamentar. E um problema cultural, sociológico que alguém conteste a comemoração do Dia da Independência; que sugira outra forma de comemorar, está certo, mas não conteste a substância, o sentido da Pátria" — frisou Rubem Ludwig.

Para o coronel, alguns órgãos de imprensa, "lamentavelmente", vêm demonstrando comportamento negativo. "A Pátria é um valor que, se colocado em jogo, nada mais se justifica. A partir daí, por que então se procuraria manter sua unidade?". No seu entendimento, "embora nós não comemorem a Independência como em outros países, a exemplo da França e dos Estados Unidos, nada explica o pessimismo sociológico, a negação pela negação".



Estátua de D. Pedro I.º na Praça Tiradentes, Rio de Janeiro.

Uma testemunha conta o que viu no Ipiranga

O pe. Belchior, que acompanhava D. Pedro I, quando este vinha de Santos a caminho de São Paulo, em carta publicada em 1826 por M. Rocha, dá seu testemunho sobre os acontecimentos do 7 de Setembro:

"O príncipe mandou-me ler alto as cartas trazidas por Paulo Gregaro e Antonio Cordeiro. Eram elas: uma instrução das Cortes, uma carta de D. João, outra da Princesa, outra de José Bonifácio e ainda outra de Chamberlain, agente secreto do Príncipe. As notas exigiam o regresso imediato do príncipe, a prisão e processo de José Bonifácio, a Princesa recomendava prudência e pedia que o Príncipe dísse os conselhos de seu Ministro; José Bonifácio dizia ao Príncipe que só havia dois caminhos a seguir: partir para Portugal imediatamente e entregar-se prisioneiro das Cortes, como estava D. João VI, ou ficar e proclamar a Independência do Brasil, ficando seu Imperador ou Rei; Chamberlain informava que o partido de D. Miguel, em Portugal, estava vitorioso, e que se falava abertamente na deserção de D. Pedro em favor de D. Miguel; D. João aconselhava ao filho obediência à lei portuguesa. D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e amarrotando-os, pisou-os, deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois virou-se para mim e disse:

"E agora, Padre Belchior?"
"E eu respondi prontamente:
"Se V. Alteza não se faz Rei do Brasil, será prisioneiro das Cortes e talvez deserçado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação."

D. Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Gregaro, Carlota e outros, em direção aos nossos animais, que se achavam à

beira da estrada. De repente estacou-se, já no meio da estrada, dizendo-me:

"Padre Belchior, eles o querem, terão a conta. As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de Rapazinho e de Brasileiro. Pois verão agora quanto vale o Rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações; nada mais quero do Governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal."

Respondemos todos com entusiasmo:
"Viva a liberdade! Viva o Brasil separado! Viva D. Pedro!"

O Príncipe virou-se para seu ajudante de ordens e disse:
"Diga à minha Guarda que eu acabo de fazer a Independência completa do Brasil. Estamos separados de Portugal."

O Tenente Canto e Melo cavalgou em direção a uma venda, onde se achavam quase todos os dragões da guarda e com ela veio ao encontro do Príncipe, dando vivas ao Brasil independente e separado, a D. Pedro e à Religião!

O Príncipe, diante de sua guarda, disse então:

"Amigos, as Cortes portuguesas querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais!"

E arrancando do chapéu o laço azul e branco, decretado pelas Cortes, como símbolo da nação portuguesa, atirou-o ao chão, dizendo:

"Láco fora, soldados! Viva a Independência, a liberdade, a separação do Brasil!"

Respondemos com um viva ao Brasil independente e separado e um viva a D. Pedro!

O Príncipe desembainhou a espada, no que foi acompanhado pelos militares; os paisanos tiraram os chapéus. E D. Pedro disse:

"Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil!"

"Juramos" — responderam todos.

D. Pedro desembainhou a espada, no que foi imitado pela guarda, pôs-se à frente da comitiva, e voltou-se, ficando em pé nos estribos:
"Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será Independência ou Morte!"

Firmou-se nos arreios, esporeou sua bela besta baía, e galopou, seguido do seu séquito em direção a São Paulo, onde foi hospedado pelo brigadeiro Jordão, Capitão Antonio Silva Prado e outros que fizeram milagres para contentar o Príncipe.

Mal apeara da besta, D. Pedro ordenou ao seu ajudante de ordens que fosse às pressas ao ourives Lessa e mandasse fazer um distico de ouro com as palavras — Independência ou Morte, para ser colocado no braço, preso por um laço de fita verde e amarelo.

E com ele apareceu no espetáculo, onde foi chamado de rei do Brasil pelo meu querido amigo Alferes Aquino e pelo padre Ildefonso.

No teatro, por toda a parte, só viam-se laços de cores verde e amarela, tanto nas paredes como no palco, nos braços dos homens e nos cabelos e enfeites das mulheres."

O gesto de d. Pedro a favor de Portugal

JACOB GORENDER,
autor de "O Escravismo Colonial"

A tradição historiográfica, que faz de D. Pedro 1.º herói da Independência do Brasil, é duplamente mistificadora. Do ponto de vista metodológico, porque continua presa à vetusta e trivial concepção de que os chamados grandes personagens são os demiurgos da história. Do ponto de vista fático, porque a ação de D. Pedro visou com prioridade a proteção dos interesses dinásticos da Casa de Bragança e não a conquista da emancipação brasileira.

Mais importante — até para compreender o papel de D. Pedro — é focalizar os plantadores escravistas, que constituíram a classe dominante no Brasil. Se os focalizarmos no ano de 1818 (exatamente em seguida à Revolução Pernambucana de 1817), constataremos que a Independência estava afastada de suas cogitações.

Com a Abertura dos Portos, em janeiro de 1808, haviam alcançado a liberdade no comércio exterior que os desonerava da intermediação exclusiva e ineficiente da burguesia mercantil lusitana. Com a elevação do Brasil a Reino Unido, em dezembro de 1815, a condição política do País se equiparava à de Portugal e até mesmo se avantajava a este, uma vez que a Corte bragantina mantinha sua sede no Rio de Janeiro.

Para os plantadores escravistas isto já representava o essencial. Seria possível exigir e obter mais — por exemplo, um regime de monarquia constitucional ou mesmo a separação completa com relação a Portugal. Mas precisamente a Revolução Pernambucana evidenciara os riscos de uma luta armada que obrigaria a fazer apelo à contribuição de camadas populares e até dos escravos, com a consequente probabilidade de convulsão das bases da organização social.

Ora, esta era uma singularidade do Brasil: a unidade nacional de sua classe dominante em torno da preservação intransigente da economia escravista, o que logicamente induzia os plantadores a valorizar a instituição monárquica, por sua adequação à manutenção de um poder central forte, capaz de assegurar a ordem escravocrata em todo o País e de sufocar distúrbios e rebeliões nas províncias. A defesa da continuidade do tráfico também aconselhava a sustentação da Casa de Bragança, que vinculava o Brasil às fontes africanas supridoras de escravos.

Acrescente-se que o status quo de Reino Unido convinha à Inglaterra, pois lhe permitia simultaneamente desfrutar do mercado brasileiro e prolongar sua tutela sobre Portugal.

Assim, parecia aos plantadores escravistas (ou à sua maioria com força de decisão) que a melhor alternativa ainda era a de aderir à Casa de Bragança e por isso mesmo, não se conhece nenhuma iniciativa própria de D. Pedro em sentido contrário, isto é, no sentido da completa separação estatal. O príncipe era um político sagaz e dotado de clara consciência de seus interesses dinásticos. Retardou o mais que pôde uma tomada de posição de desobediência às Cortes de Lisboa, na esperança de que estas conseguissem chegar a uma conciliação com as reivindicações brasileiras.

Quando se decidiu afinal pela desobediência taxativa, em janeiro de 1822, o seu intuito era o de conservar o Brasil para a Casa de Bragança e ainda evitar a separação de Portugal.

Nesta mesma ocasião, apressou-se em designar José Bonifácio para a pasta ministerial mais importante e o fez porque, precisando do apoio de um líder brasileiro, escolheu aquele que, além de outras características, tinha as de firme adesão a causa da monarquia e de propensão pelas soluções autoritárias. Seria assim, como de fato foi, um estadista capaz de promover uma aliança entre a facção mercantil — cortesã luso-brasileira, que cercava o príncipe regente, e a classe dominante nacional.

Mais difícil foi lidar com a facção liberal-democrata de Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e João Soares Lisboa (este último, um português que lutou até a morte pela causa brasileira). Os liberal-democratas representaram a vanguarda dinâmica no processo de conquista da Independência em 1821-1822, mas eles próprios já haviam desistido de uma solução republicana, acreditando que uma composição com a instituição monárquica seria o caminho mais viável e seguro para alcançar a emancipação nacional.

Esta foi proclamada por D. Pedro quando as Cortes portuguesas não lhe deixaram qualquer margem de manobra proteladora, e retardar a proclamação seria arriscar o próprio trono. Assim, a Independência veio com a aparência de outorga do príncipe bragantino. Ao qual, aliás, igualmente caberia inaugurar a tradição brasileira das constituições outorgadas que dispensam constituintes eleitas.

Jacob Gonder — autor de "O Escravismo Colonial"

Independência, a eterna inconclusa dos dias de hoje

CARLOS GUILHERME MOTA,
professor de História da USP

Creio que o problema maior reside, hoje, na idéia que se faz da Independência, e não nas questões menores sobre qual teria sido o "verdadeiro" D. Pedro. Com raras exceções, nossa historiografia sempre foi muito detalhista, deixando de lado os grandes temas.

No caso concreto da Independência, nunca discutimos o problema em sua longa duração: afinal, a Independência até hoje não se concretizou, e está cada vez mais difícil nesta era do capitalismo monopolista e das corporações multinacionais. O problema não é só brasileiro: lembramos-nos de Torres na Bolívia, da busca de Independência na época de Allende no Chile, da experiência dos militares nacionalistas peruanos à época do general Alvarado (que nacionalizaram empresas norte-americanas e ensaiaram um processo de participação socializante) para entendermos que a questão permanece.

O problema não é julgar a personalidade de D. Pedro I, certamente um autoritário típico daquele período. Haveria, pelo menos, dois D. Pedro I: um anterior à proclamação, assistido por José Bonifácio, e outro, posterior, desassistido de José Bonifácio.

Nesta 2.ª fase, voltam a dominar os interesses antinacionais, após a proclamação: as tentativas liberalizantes da Constituinte são esmagadas e dá-se o enrijecimento do poder até 1831. De tal forma que o reinado de D. Pedro I fica historicamente marcado pelo absolutismo, pela revitalização da escravatura, pelo abafamento das dissidências e da dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, pela outorga do "pacote" que foi a Constituição de 1824, pela morte de patriotas como Frei Caneca, e finalmente, pela preeminência dos interesses ingleses na economia brasileira. Em 1827, o Brasil, já era uma potência dependente. Como diz José Honório Rodrigues, um "protetorado" inglês.

Assim, tivemos uma Independência "sul generis", segundo aquele historiador: ela foi feita sem ruptura com o regime colonial, especialmente nos seus aspectos fundamentais de relações sociais e de regime de terra, que sobrevive até hoje, metamorfoseado ou não em novas formas. E para manter uma ordem social iníqua torna-se necessária uma soma de poder enorme, poder na América Latina sempre acolitado por interesses antinacionais. Nessa medida é que concordo com José Honório: "Todo ensaio político absolutista é recolonizador". E também com Frei Caneca: "Falo da recolonização do Brasil e da sua escravidão interna, ou estabelecimento nele do sistema absoluto".

A lição que se tira dessa história é simples: para haver independência torna-se necessário um novo pacto social, a ser definido através de uma Assembleia Nacional Constituinte. Isto, até Pedro I, o percebeu; embora, é bem verdade, quisesse ser juiz e parte do processo, e não tolerasse as dissidências de patriotas como Frei Caneca, participante da Confederação do Equador, a primeira grande experiência republicana do século passado no Nordeste.

E em Frei Caneca, em exemplos pessoais e textos, que podemos repensar a temática da Independência. Não só buscando o novo pacto social, mas definindo como não digna uma "constituição em que todos não tivessem parte". Lemos Frei Caneca, nesses feriados:

"E quando teremos constituição feita pela nação?"

"Nunca, nunca, nunca."

"E que império então vem a ser o Brasil?"

"Império projetado e não império constituído, e por isso nunca império: é um império tal em que ordem deve ser colocado entre as potências?"

"Será uma potência de primeira ordem? Será de segunda? Nem de uma, nem de outra. Será potência nullius in diocese (de nenhuma diocese), porque até hoje é incógnita a ordem das potências projetadas..." (Typhiss, 15 de janeiro de 1824)

Carlos Guilherme Mota — Professor Adjunto de História Contemporânea da USP — Autor de *Nordeste, 1817. Ideologia da Cultura Brasileira* (1933-1974)

As contradições do colonialismo geraram separação

REINALDO XAVIER CARNEIRO PESSOA,
professor de História da USP

Dentro do que se pode chamar de linha historiográfica oficial, a Independência é apontada como um ato espontâneo de D. Pedro, sem que tenha havido alguma preparação anterior, o desenvolvimento de um processo que resultou no momento da proclamação da independência.

Para mim, o fato histórico sempre se origina de um processo anterior. Dentro desse processo, vemos que não foi D. Pedro que desejou conceder a Independência. Ela se forja a partir do momento em que as contradições do antigo sistema colonial se aguçam. E é só a partir daí que os brasileiros absorvem a idéia liberal, voltados para a separação de Portugal, e a extinção dos laços de dominação.

D. Pedro é uma figura dúbia. Ela era um liberal até o ponto em que esse liberalismo não entrava em confronto com seus próprios interesses. Haja visto ele dissolver a Assembleia Constituinte depois da proclamação e permanecer exercendo discricionariamente o poder até 1826, quando convocou o poder legislativo.

Outro aspecto que desmistifica um pouco a figura de D. Pedro (sem desconhecer o papel que ele teve no momento em que as contradições chegaram ao ápice, e ele absorveu a idéia da independência), é o fato de ter "caído em si" depois do impulso inicial em que deu o grito da independência. E um fato que, após a morte de D. João 6.º, D. Pedro teve a idéia de voltar a reunir as duas coroas, chegando até a consultar seus conselheiros mais próximos. Daí a razão pela qual muitos consideram consolidada a Independência no dia 7 de abril de 1831, quando D. Pedro abdica.

Esse recado de reunião das coroas brasileiras e portuguesas sempre existiu, em função das tendências autoritárias e absolutistas de D. Pedro. E dentro desse prisma que devemos olhar a figura de D. Pedro, como um integrante do processo histórico, alguém que foi levado a proclamar a independência em função do movimento social que clamava pela separação de Portugal. D. Pedro foi o autor do primeiro grito, como poderia ter sido qualquer outra personagem. Não seria sua própria vontade pessoal que iria mudar o processo histórico.

Da mesma forma, a história oficial não fala de um D. Pedro absolutista, repressor, que acabou com a Confederação do Equador, e num ato brusco, dissolveu a Constituinte, fato que desfigura totalmente a característica do homem sem defeitos, da virtuosidade de D. Pedro I!

E verdade que ele proclamou a Independência, mas num impeto, contra a decisão das Cortes que ordenavam seu imediato retorno a Portugal, e vinculado ao fato de que havia condições históricas para a Independência fosse proclamada.

Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa.
Professor-assistente de História do Brasil — Departamento de História — USP.

Dinheiro para pronta entrega

Faça um Lojicrédito. É a maneira mais simples e fácil de você obter seu empréstimo pessoal. O dinheiro sai em 48 horas, e você não precisa se preocupar com saldo médio, seguro obrigatório, pagamento de ficha cadastral e demais exigências bancárias. Visite a Lojicred de sua cidade e levante o dinheiro que você precisa para comprar o que quiser.

Lojicrédito é empréstimo pessoal automático.



LOJICRED
Promotora de Vendas Ltda.
Em São Paulo, Av. Duque de Caxias, 389,
Pça. da Sé, 28, 1.º andar, ou no escritório
Lojicred mais próximo de você.
Uma das Empresas Lojista

O fim do voto na legenda

Arena examina projeto para adoção da medida já em novembro



Entrevistado por crianças, o candidato arenista responde a todas as perguntas em Brasília.

BRASÍLIA (Sucursal) — "Ficou claro, no jantar com o general Figueiredo, na noite de terça-feira, na residência do deputado Cunha Bueno, que há necessidade de extinção dos atuais partidos políticos depois das eleições de novembro. E tal decisão conta com o apoio de todos, da Arena e do MDB" — disse ontem um dos participantes do jantar que o candidato arenista à Presidência da República teve com a banda paulista.

Segundo os que estiveram presentes e ontem circulavam no Congresso, "os dois partidos estão desgastados e o general Figueiredo reconheceu que, para a consolidação democrática, é uma peça indispensável na reformulação partidária". Mostraram os deputados que compareceram ao jantar — esteve toda a banca federal, excetuando-se Glória Junier e Pedro Carolo — que a primeira providência que deverá ser adotada será fazer eleições, em novembro, sem legenda, embora a soma dos votos nominais conte para a legenda.

CONFIRMAÇÃO

Tais teses foram confirmadas pelo deputado Herbert Levy, discretamente, limitando-se a dizer que "o jantar foi muito proveitoso e por tudo isso nós estamos lutando há bastante tempo".

O deputado Herbert Levy, que sugeriu ao passado ao presidente Geisel a extinção dos partidos e arregimentou forças políticas para a criação do PDS — Partido Democrático Social — esteve ontem com o senador Petrólio Portela, tratando da apreciação de sua emenda constitucional sobre o "voto voluntário". Logo em seguida, disse para a imprensa que a direção da Arena está favorável ao projeto de sua iniciativa e acredita que deverá ser apreciado durante o esforço concentrado que se fará a partir do próximo dia 18.

Falando sobre a extinção dos partidos políticos atuais, assinalou que "é um fato consumado e necessário, para que surjam agremiações políticas autênticas, que, no meu entender, devem ser quatro". Levy, contudo, não quis comentar as posições do general Figueiredo, limitando-se a dizer que "é um ho-

mem muito sensível e realista", razão pela qual não ficará contra as medidas que se fazem necessárias.

VOTO NOMINAL

Por sua vez, o presidente do Senado, Petrólio Portela, após a audiência com o presidente Geisel, disse ontem que "não se cogita de fazer nenhuma alteração no calendário eleitoral e, muito menos, em suas regras. O que existe e está em estudos no partido é a obrigatoriedade do nome do candidato na cédula de votação, o que extinguiria o voto na legenda e não o voto de legenda. Mas este não foi assunto tratado com o presidente".

Assinalou o senador que tratou com o presidente "dos assuntos políticos nacionais e, como não poderia deixar de ser, das reformas políticas que está afeto à sua apreciação. No cronograma não há nenhuma rigidez — acrescentou — razão pela qual, tendo o presidente da comissão mista, deputado Laerte Vieira, fixado o dia 12 para apreciação do projeto de reformas, estas deverão ser examinadas em plenário a partir do dia 18".

MODIFICAÇÕES

O senador Petrólio Portela revelou que já existe um projeto de lei, em exame pela direção arenista, estabelecendo obrigatoriedade na colocação do nome do candidato na cédula de votação.

Desmentiu, categoricamente, que estivessem sendo elaboradas normas para que o pleito de 15 de novembro se processasse sem legenda partidária e os eleitos fossem aqueles que obtivessem votações maiores, dentro do número de vagas existentes em cada Estado.

O projeto de lei que extingue o voto na legenda é defendido sobretudo pelos arenistas de São Paulo, onde o partido da Oposição obteve, no último pleito, cerca de um milhão de votos sob a sigla "MDB". Agora, se aprovados os novos dispositivos, tais votos serão considerados nulos, pois terão que constar o nome do candidato.

Sobre a extinção dos partidos políticos, o senador arenista enfatizou que "a extinção não está sendo cogitada, não obstante haja em ambos os partidos os que defendem tal tese".

"Figueiredo quer virar a mesa"

BELO HORIZONTE (Sucursal) — "Quando o general João Batista Figueiredo fala em possível endurecimento do regime, isso significa que Figueiredo quer virar a mesa. No meu entender, isto é subverter a ordem, a partir do momento em que se fala em não acatar as regras do jogo. Por isto o MDB entende que a fala do candidato da Arena é a ameaça de mais um golpe à Nação brasileira, o que é intolerável e merece todo nosso repúdio".

A afirmação é do deputado Dalton Canabrava, do MDB-MG, ao comentar as declarações do general Figueiredo de que "a exceção voltará, se necessário for" e a colocação do presidente do MDB, deputado Ulisses Guimarães, sobre os "golpes brancos institucionalizadores do continuísmo" na crônica do movimento de 1964.

Segundo Dalton Canabrava, "existem muitos democratas que só entendem democracia sem a participação do povo. Estes homens só falam em democracia para uso externo. Perder eleições para eles é uma agressão intolerável à tranquilidade e ordem do País, quando em verdade, a volta do domínio da vontade popular é que representaria o afrouxamento das tensões de um povo já fatigado de tanto esperar que a revolução de 64 se encontre com seus anunciados propósitos democráticos".

MDB não pedirá impugnação de Maluf

A Executiva Regional do MDB, em reunião realizada na manhã de ontem, decidiu não encaminhar a representação do advogado Valter do Amaral, que alega ilegitimidade da diplomação de Paulo Maluf para o governo de São Paulo. A deliberação foi tomada na presença de juristas que participaram da reunião e analisaram os aspectos legais da representação.

O presidente regional do partido, Natal Gale, referindo-se à posição assumida, salientou que, se fosse encampada a representação, isso significaria que o MDB admitia a existência da CGI — órgão contrário à filosofia do MDB, por não proporcionar liberdade na apresentação de provas.

NOTA

E a seguinte a nota da Executiva, divulgada após a reunião:

"A Comissão Executiva do MDB, reunida hoje (ontem), ouviu os professores Teófilo Xavier de Mendonça, Dalmo Dallari e Antônio Tito Costa sobre os aspectos jurídicos da pretendida impugnação da candidatura do sr. Paulo Salim Maluf à governança do Estado de São Paulo, pelo dr. Valter Amaral. O exame da matéria feito em vários ângulos, não escapando os aspectos morais que envolvem o triste episódio da imposição de um nome à chefia do Estado de São Paulo sem a devida consulta popular, o que não distingue o "governador" dos "interventores".

Destaca o MDB, o caráter de ilegitimidade da legislação de exceção e constata a impossibilidade jurídica de fazer valer as razões, inclusive morais, da impugnação, desde que lhe são sonegados pelo caráter sigiloso dos in-

queritos dessa natureza os elementos comprobatórios do competente recurso de impugnação. Aliás, não apenas no curso do processo dessa investigação sigilosa se impede o acesso à prova como ao seu término, pois que, confiscados ou bloqueados os bens, a Nação fica sem conhecer o volume dos atos delituosos praticados, e o modo de operação do fato criminoso, permitindo que se confundam as medidas de exceção tomadas por razões políticas originadas em infração penal contra o Erário.

A Nação exige, assim, a divulgação dos fatos apontados pela Comissão Geral de Investigações como lesivos ao patrimônio público e espera que o Governo, que se afirma instaurado para combater a subversão e a corrupção, cumpra sua palavra perante o povo.

A impossibilidade, nesta oportunidade, de uma formulação precisa, decorrente da sonegação dos documentos constantes do processo para o efeito de fundamentar juridicamente o recurso, não retira ao MDB o direito e, mais que isso, o dever de permanecer vigilante na fiscalização da administração e dos bens públicos, bem como na impetração de todos os recursos judiciais e parlamentares que se tornaram viáveis contra a imposição de um chefe de Governo feita a São Paulo contra a evidente vontade de seu eleitorado.

Divulgue, portanto, o Governo, os documentos que sonega e que são reclamados pela Nação, uma vez que o sr. Paulo Salim Maluf tem bloqueado os seus bens pelo próprio Governo Federal.

"Não vou gostar da Presidência", diz Figueiredo

BRASÍLIA (Sucursal) — Ao visitar ontem o jardim de infância da Superquadra Sul, 308, o general João Batista Figueiredo declarou, a um grupo de 15 crianças que o entrevistaram, que "não vai gostar" de ser presidente da República.

Figueiredo explicou às crianças, todas entre três e seis anos de idade, que agora já não precisa mais usar farda. Indagado sobre suas atividades atuais, respondeu: "So faço discurso e conversar. Converso com uma porção de gente".

O candidato da Arena à Presidência da República chegou à escola às 9h. Recebido pelo Toque dos Generais, executado pela banda da Polícia Militar, Figueiredo hasteou a bandeira nacional e assistiu a algumas demonstrações cívicas dos alunos. A seguir, concedeu a entrevista em meio a grande algazarra das crianças, que em sua maioria não compreendiam o seu sentido.

VIDA DE SOLDADO
A íntegra da entrevista é a seguinte:

— As suas viagens são boas?

"São, são muito boas. Um pouco cansativas mas são boas. Eu gosto muito de viajar. E você gostaria de viajar comigo?"

— General, por que você veio sem farda?

"Porque eu já não sou mais soldado, minha filha. Não preciso mais usar farda, agora só na guerra."

— Eu sei que você gosta muito de cavalo, você deixa eu dar uma volta?

"Quando você quiser dar uma volta em um cavalo meu, você vai me visitar, tá?"

— General, o senhor conhece a minha cidade?

"Qual é a sua cidade? (o menino responde: Apucarana). Conheço sim, é uma cidade muito bonita."

— Por que você quis ser soldado?

"Porque só me ensinaram isso. Meu pai só me ensinou a ser soldado."

— General como o sr. se sente no meio de tanta criança?

— Indaga um repórter.

"Muito bem, eu gosto de criança. A melhor coisa para mim é brincar com os meus netos. A minha casa vive cheia de crianças."

Os alunos voltam a perguntar:

— General, que ano você nasceu?

"Nasci em 15 de janeiro... faz pouco tempo... em 1918."

— General, você vai gostar de ser presidente?

"Ah, não vou gostar não. Garanto a você que não vou gostar."

— General, o que os soldados fazem?

"Eles levantam cedinho, tomam banho, tomam café, depois vão fazer instrução, vão montar a cavalo, vão marchar, vão aprender a ler, aprender a escrever... eles passam o dia todo aprendendo, igual a vocês aqui. Eles têm aula o dia todo. Só param para comer e dormir."

— Eu também, só paro nas férias.

"Ah, mas soldado não tem férias, desde que o dia começa e só quando termina é que eles vão pra casa."

— E o que o sr. faz?

"So faço discurso e conversar. Converso com uma porção de gente."

— General, quando você for presidente você vai ajudar os pobres?

"Vou, mas claro. Aos ricos é que eu não vou ajudar."

— General Batista Figueiredo, você gosta de folclore?

"Gosto muito. É uma das coisas que gosto mais."

— General, você vai botar o Brasil pra frente?

"Pretendo botar o Brasil pra frente. Ou você acha que eu vou fazer força para ele ir para trás? Todos nós temos que fazer força pra ele ir pra frente, não é? Para ele melhorar."

— General, qual é a sua casa?

"Minha casa é no Rio. Só tenho casa no Rio. Aqui eu tenho uma casa emprestada. Uma casa muito feia, eu gosto mais daquela lá do Rio."

— Você tem muito dinheiro?

"Tenho, dá para comprar dois pares de sapatos."

— General, você já ganhou muitas medalhas?

"Eu tenho uma porção de medalhas. Todas elas porque eu era muito estudioso e era bem comportado. Só por isso eu tenho medalhas."

— Como o sr. vai ser quando for presidente?

"Vou ser um homem igual a vocês, que gosta de jogar bola, de ver televisão, de ir ao cinema. Ou você acha que o presidente é diferente?"

LETRA DE CÂMBIO LOJISTA



Rua Boa Vista, 254 - 12º andar
São Paulo - Fone: 37-6141

CASA LUONGO

RUA DIREITA, 89 - S. PAULO
FONE: 35-4562

1925/1975

as 4ª e sábados

NOVO PLANO

DA LOTERIA FEDERAL

10 milhões

EM 4 SÉRIES

INTERIO: 250.000 - QUADRA: 1.000.000

ENTREGAMOS A DOMICÍLIO NA CAPITAL

ENVIAMOS PARA TODO O BRASIL

MEDIANTE CHEQUE VISADO

LOTERIA FEDERAL

Extração de 06/09/78

1º) 03.385 Cr\$ 28.000.000,00

2º) 27.906 Cr\$ 2.800.000,00

3º) 23.789 Cr\$ 1.200.000,00

4º) 30.337 Cr\$ 800.000,00

5º) 26.105 Cr\$ 400.000,00

ESSES JOVENS ECONÔMICOS E SUAS HONDAS MARAVILHOSAS

Mariza Marta Kranholdt, solteira, 20 anos, loura autêntica, modelo fotográfico, fala da sua Honda. "Eu posava aqui e acolá. Pegava o carro, procurava estacionamento. Era proibido. Era Zona Azul e eu não tinha talão e, quando tinha, tinha que sair correndo porque já passava das duas horas permitidas. Já não agüentava mais. Um dia tomei uma decisão. Comprei um Honda CG 125... e pronto! Problema resolvido."



Mário Marchi, 43 anos, casado, executivo de sucesso comprovado, também quer dizer algo: "Antes de entrar na Honda a minha vida era um inferno. Hoje, não! Chego na hora, economizo (a 125-ML faz até 57 km com um litro de gasolina), vou almoçar em casa, estaciono com a maior facilidade. Até no miolo da cidade dá pra ir. O carro? Só para passeios com a família. Sozinho, repito, sozinho prefiro a economia modelo luxo."



José Renato Mazarioli, estudante universitário. Fala, Zeca: "Amigo, ir todo dia pra Cidade Universitária de 'bus' não tava dando. Era terrível. Ai pensei: por que não comprar uma moto? Ai acordei: e a grana, onde vou descolar essa grana? E continuava o impasse. Foi ai que vi um anúncio da Motojumbo: Honda em 36 meses sem entrada. Tá pra mim, pensei outra vez. Pra resumir: cá estou eu com uma 125 FS, um barato de máquina. A grana para as prestações? Fácil, fácil. Com o tempo que economizo dou aulas particulares, pago a moto e ainda sobra uma nota pra dar muitos giros por aí. Bicho, a 125 FS quebrou o meu galho. Falei!"



motojumbo
Revendedor Autorizado Honda
Empresa do Grupo Pão de Açúcar

JUMBO AEROPORTO
Av. Washington Luis, 5859
(de 2ª a sáb. até 23 hs)

JUMBO SANTO ANDRÉ
R. Visconde de Taunay, 216
(de 2ª a sáb. até 22 hs)

TATUAPÉ
Av. Celso Garcia, 5000
(de 2ª a sáb. até 20 hs)

